

III JORNADAS INTERNACIONAIS DE JORNALISMO

“Jornalismo e Democracia Representativa”

14 de Março de 2008, Univ. Fernando Pessoa, Porto

COMUNICAÇÃO DE TEMÁTICA LIVRE SOBRE JORNALISMO:

TÍTULO: Os jornais e a construção da propaganda durante a 1.ª República. O caso da apreensão da poesia de Afonso Lopes Vieira *Ao Soldado Desconhecido (morto em França)*, 1921

NOME: Cristina Nobre (Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria)

cristina.nobre@mail.telepac.pt / cnobre@esel.ipleiria.pt

SUMÁRIO: Com o evento da trasladação de dois soldados desconhecidos para o Mosteiro da Batalha, o governo da 1.ª República pretendeu projectar nos portugueses um sentimento de unidade e solidariedade patrióticas, como resultante da participação de Portugal na Grande Guerra de 14-18. Os jornais serviram este propósito, em larga medida actuando como máquinas de propaganda de uma ideologia republicana à procura de uma base de sustentação para o longo desgaste dos vários governos da República, nas agitadas duas décadas iniciais do século XX. Com a apreensão, em Março de 1921, da poesia de Afonso Lopes Vieira, *Ao Soldado Desconhecido (morto em França)*, o poder político mostrava o receio pela capacidade de intervenção da poesia na política. Pretende perceber-se até que ponto o discurso literário teria força para fazer perigar o discurso governamental, sustentado e veiculado pelo conjunto da imprensa da época.

Introdução

Com a queda da Monarquia e a instauração do novo regime da República, em 5 de Outubro de 1910, viveram-se tempos revolucionários, repletos de esperança e de desejo de mudança, com projectos e ideais arrojados e modernos, centrados no indivíduo e no poder da instrução como motor da igualdade, da fraternidade e da liberdade. Mas rapidamente se seguiram dias agitados e convulsões sociais, económicas e políticas de toda a ordem, que haviam de fazer perigar o próprio ideal de uma sociedade democrática, culminando, primeiro, na instauração de uma ditadura militar, em 1926, com o golpe militar de Gomes da Costa, que põe fim à 1.ª República, e depois, como corolário, na instauração do Estado Novo, regime ditatorial que havia de durar até à revolução de Abril de 1974.

Com Teófilo Braga à frente do Governo provisório, a nova República tinha inaugurado um longo relacionamento com os intelectuais e a elite cultural do seu tempo, relacionamento que ainda hoje se afigura confuso e tortuoso. A mestre Teófilo seguiu-se Manuel de Arriaga (que contou com variados presidentes do Conselho de Ministros: Pinheiro Chagas, Almeida Vasconcelos Correia, Duarte Pereira da Silva, Afonso Costa, Bernardino Machado e Pimenta de Castro), e a este Bernardino Machado (destituído em 11 de Dezembro de 1917, mas que só resignaria as funções em Junho de 1919), substituído por Sidónio Pais a partir de 1917, no que ficou conhecido por ditadura sidonista ou “República Nova”, bruscamente interrompida em Dezembro de 1918 com o assassinio do Presidente, substituído por Silva Antunes até 1919, seguindo-se os episódios monárquicos encabeçados por Henrique Paiva Couceiro, no rescaldo dos quais António José de Almeida ascende a Presidente da República, até chegar ao caos da sangrenta noite de 19 de Outubro de 1921¹, que havia de implicar outro grande intelectual, Manuel Teixeira Gomes, na presidência, entre 1923 e 1925, ao qual voltaria a repetir-se Bernardino Machado, antes do mencionado golpe militar.

¹ Nessa noite foram assassinados os seguintes membros do Governo: Machado Santos, Carlos da Maia e António Granjo. Imediatamente Bernardino Machado, Barros Queirós, Maria Coelho, Maia Pinto e Cunha Leal assumem a presidência do Conselho de Ministros.

Por toda a Europa a convulsão era geral: envolvimento na Grande Guerra de 14-18, revolução comunista russa de 1917, implantação do fascismo italiano (1922), ditadura de Primo de Rivera em Espanha (entre 1923 e 1930). O clima era, sem dúvida, de uma grande efervescência política e intelectual, e Portugal não escapava à regra.

A propaganda republicana na imprensa da 1.ª República

Com a Batalha de La Lys (9 de Abril de 1918), onde as tropas portuguesas, apesar de batidas, tiveram ocasião de se distinguirem, e o fim da Grande Guerra (11 de Novembro de 1918²), e depois da malograda experiência de Sidónio Pais, e do domínio da revolta monárquica liderada por Paiva Couceiro (que deixava o país na eminência de uma guerra civil) o governo de António José de Almeida procurou estabelecer alguns equilíbrios no país. Fixou em 8 o número de horas de trabalho diário; distinguiu os níveis infantil e primário no ensino, procurando reduzir a alarmante taxa de 70% de analfabetos; tentou congregar os portugueses à volta de grandes ideais patrióticos (Ramos, 1988).

Um desses ideais de pendor aglutinador foi o papel desempenhado por Portugal durante a Grande Guerra. Era preciso dar um sentido às mortes de tantos jovens, sentido que resgatasse Portugal da pequeníssima compensação que lhe era atribuída pela Sociedade das Nações³ e restituísse aos portugueses o orgulho no sacrifício da sua pátria e dos seus filhos. A organização de um acontecimento como a trasladação de dois anónimos soldados desconhecidos mortos durante a Guerra (um em África e outro em França) aparecia como a sublimação capaz de mobilizar todo a população à volta dos seus mortos, contribuindo assim para criar uma unidade de ideais e afirmação patriótica, que tanto falta fizera ao país nos últimos anos. A imprensa aparecia como o instrumento mais eficaz para fazer essa propaganda e divulgar junto da opinião pública uma certa apetência pelo

² Esta data coincide com a abdicação do Kaiser e o pedido de armistício sem condições por parte da Alemanha, pondo assim fim a uma guerra que mobilizara cerca de 65 milhões de homens, e cujos mortos em combate atingiram os 10 milhões. O tratado de paz será assinado em Versalhes a 28-VI-1919.

³ Mais conhecido por Pacto da Sociedade das Nações, resultou de uma organização euro-americana com finalidades políticas gerais – cooperação entre os Estados, segurança colectiva, defesa do Direito –, criada pelos 26 primeiros signatários do Tratado de Versalhes, de 1919. Foi extinta de facto em 1939, com o eclodir da II Guerra Mundial, até se dissolver de direito em 1946.

acontecimento visto como uma festividade nacional, aproximando a massa anónima do povo dos ideais míticos de uma nação, cuja orgulhosa independência e capacidade para a vitória se tinha firmado há muito, no decurso do séc. XIV, nos campos de Aljubarrota, quando uma nova dinastia se tinha justificado na e pela vontade e união de todo um povo.

Assim, procuravam fundir-se dois tempos históricos – o do presente recente e o do passado glorioso – numa tentativa de transformar num novo motivo de mitificação histórica acontecimentos que a maioria dos portugueses não tinha ainda conseguido assimilar na sua visão ideológica da Grande Guerra e da participação de Portugal nela⁴. Escolher a Batalha como lugar da sepultura dos soldados equivalia a granjear-lhes o direito a heróis da nacionalidade, e o seu anonimato garantia que nunca o Povo tinha estado tão presente nas decisões governamentais. Além disso, as atenções deixavam de estar centradas na capital, e dispersavam-se para uma região da província, mostrando que o Governo não monopolizava em Lisboa os actos políticos da nação, antes procurava criar uma união entre todas as regiões, valorizando o contributo de cada uma delas para o comum espírito patriótico. A reacção dos jornais da região de Leiria foi rápida e eloquente, e uma análise dos principais títulos e artigos publicados pela imprensa regional da época⁵ mostra bem como as ideias-chave

⁴ Portugal só tinha entrado na I Guerra Mundial em Agosto de 1916, e teve uma colaboração da maior importância para a luta anti-submarina pela posição estratégica dos seus portos.

⁵ Serviram-nos de amostragem os seguintes jornais e revistas leirienses da época: *O Mensageiro*; *Distrito de Leiria*; *Povo de Leiria* e *Flor do Liz*. Registamos alguns dos títulos, como exemplo da uniformidade e mediatização da informação. Assim, para *O Mensageiro* temos: “Saudação aos mortos do C.E.P.”, por Padre José Ferreira de Lacerda (Capelão Militar na Grande Guerra), ano VII – n.º 319, Leiria, 19 de Março de 1921, p. 1; “Soldados Desconhecidos”, por Padre José Ferreira de Lacerda (Capelão Militar na Grande Guerra), ano VII – n.º 320, Leiria, 26 de Março de 1921, p. 1; “Soldados Desconhecidos. Preces e Flores”, por Padre José Ferreira de Lacerda, ano VII – n.º 322, Leiria, 9 de Abril de 1921, p. 1; “Soldados Desconhecidos. Apoteose Final”, por Padre José Ferreira de Lacerda, ano VII – n.º 323, Leiria, 16 de Abril de 1921, p. 1; “Soldados Desconhecidos”, saudação lida pela delegação da Marinha Grande, à passagem do comboio presidencial na estação, datado de 10 de Abril de 1921, ano VII – n.º 323, Leiria, 16 de Abril de 1921, p. 1. Do *Distrito de Leiria* temos: “O soldado desconhecido”, Ano II – n.º 67, Sábado, 19 de Março de 1921, p. 1; “Recepção aos Soldados Desconhecidos”, Ano II – n.º 68, Sábado, 26 de Março de 1921, p. 1; “Os heróis Desconhecidos”, por Júlio Dantas, Ano II – n.º 69, Domingo, 10 de Abril de 1921, p. 1; “Sursum corda...”, por Magalhães Lima, Ano II – n.º 69, Domingo, 10 de Abril de 1921, p. 1; “Remember”, por Trindade Coelho, Ano II – n.º 69, Domingo, 10 de Abril de 1921, p. 1; “Símbolo Heróico”, por Teófilo Braga, Ano II – n.º 69, Domingo, 10 de Abril de 1921, pp. 1 e 2; “O Soldado Desconhecido”, por Augusto Casimiro, Ano II – n.º 69, Domingo, 10 de Abril de 1921, p. 2; “Romagem Bendita”, por João Soares, Ano II – n.º 69, Domingo, 10 de Abril de 1921, p. 2; “Aleluia! Aos Soldados Desconhecidos”, por João de Barros, Ano II – n.º 69, Domingo, 10 de Abril de 1921, p. 2. Do *Povo de Leiria* temos: “Soldados Desconhecidos”, Ano I – n.º 17, quinta-feira, 24 de Março de 1921, p. 1; “Palavras Consoladoras” (do escritor francês Mr. Maurice de Waleffe), *idem*; “Homenagem aos Soldados Desconhecidos”, Ano I – n.º 18, quinta-feira, 31 de Março de 1921, p. 1; “A Sagração dos Humildes”; “Aos Soldados Desconhecidos”; “Um facto Nacional”, Ano I – n.º 19, quinta-feira, 7 de Abril de 1921, p. 1; “Os dois Soldados Portugueses Desconhecidos repousam no Monumento de Santa Maria da Vitória (Batalha) desde o dia 10 de Abril corrente – Homenagem que lhes foi prestada – Apoteose”, Ano I – n.º 20, quinta-feira, 14 de Abril de 1921, pp. 1 e 2; “Mais coroas para os Soldados Portugueses

transmitidas eram o enaltecimento do patriotismo e a capacidade de os soldados desconhecidos – os novos heróis da guerra congregarem à sua volta partidos e ideologias diversas. Tomando em consideração que o grande antagonismo partidário continuava a ser entre monárquicos e republicanos, a que se associava muitas vezes de forma simplista e maniqueísta o par contrastivo católicos / agnósticos, revela-se pertinente a transcrição do discurso do Pe. Ferreira de Lacerda, director do jornal *O Mensageiro*, principal porta-voz da facção monárquica na região de Leiria. Escreveu:

[...] *Leirienses e povos desta região!*

Esquecendo agravos e alheando-nos todos dos nossos princípios e das nossas crenças para só nos lembrarmos, que somos portugueses, corramos a saudar no caixão, que cobriremos de flores, a memória dos que morrem pela Pátria! Os católicos balbuciando preces pelo eterno descanso de todos os que morreram na Grande Guerra, os descrentes respeitando a memória dos que antes de entrar nas trincheiras iam receber das mãos do capelão, como se fossem para a vida eterna, o Corpo de Jesus Cristo, e todos nós para vitoriamos no *soldado desconhecido*, no soldado sem nome e sem número, Portugal que é de nós todos. (*O Mensageiro*, 19-III-1921: 1)

De igual modo reagia o bispo de Leiria, José Alves Correia da Silva, na provisão feita aos seus diocesanos:

[...] Muitos dos nossos militares ficaram por lá despedaçados, mortos, enterrados à pressa, no fragor da luta, sem indicação de sepultura, sem uma pá de terra pátria que os cobrisse. Desgraçados tempos os da guerra!

Desconhecidos”, Ano II – n.º 72, quinta-feira, 18 de Maio de 1922, p. 3; “Mais coroas para os Soldados Portugueses Desconhecidos”, Ano II – n.º 73, quinta-feira, 26 de Maio de 1922, p. 2. Na revista *Flor do Liz* anunciava-se a exibição de um documentário sobre o mesmo tema: “Teatro D. Maria Pia”, por João de Barros, Ano I – n.º 2, Leiria, 15 de Maio de 1921, p. 2.

Os seus pais, esposas, irmãos e amigos viam felizmente chegar muitos outros, mas ninguém lhes sabia dar notícias dos seus que por lá ficaram.

Quando nos morre uma pessoa querida, é um lenitivo para o coração irmos visitar e adornar o coval do cemitério da nossa terra, rezar junto da campa; mas tão longe e sem saber onde repousam os seus entes queridos, como satisfazer esta necessidade do coração? O Governo da República portuguesa resolveu trazer com toda a solenidade os restos mortais de dois soldados desconhecidos – um morto em França, outro em África – para representar aqueles que por lá ficaram, e numa grande manifestação nacional em que toma parte o país inteiro, exaltar neles o valor heróico do exército português e depositá-los no monumento das nossas mais puras glórias – o mosteiro de Nossa Senhora da Batalha. Nós os católicos e muito principalmente os diocesanos de Leiria, honrados com tal escolha, não podemos ficar indiferentes perante esta manifestação. Pede-o o nosso coração de portugueses, o amor que dedicamos a esta maravilha d'arte que se chama a Batalha – o respeito e a veneração devida aos mortos e sobretudo aos mortos pela pátria. (*O Mensageiro*, 2-IV-1921: 1)

Grosso modo, os católicos e os monárquicos, pela voz dos seus representantes máximos, pareciam dispostos a aceitar que o evento assumisse todo o peso simbólico de que vinha investido, prestando-se ao esquecimento de discordâncias anteriores e fomentando a concórdia em nome de valores superiores, enumerados gradativamente: a tradição pátria, a memória dos mortos, o amor pela pátria. Repare-se que nem uma vez a palavra religião aparece, no que parece ser uma utilização discursiva consciente, no sentido da preservação de uma unidade nacional que nada devia fazer perigar.

Já os jornais representativos da facção republicana – *Distrito de Leiria* e *Povo de Leiria* – acentuam o lado afectivo e humano da questão, com ênfase sobre as mães que perderam os seus filhos em nome do ideal superior da República, e colocam em destaque os governantes republicanos que arquitectaram e concretizaram esse plano humano e patriótico, projectando-os, em simultâneo, para o papel de heróis em destaque, modalizando uma recepção interpretativa ideal do acontecimento. Leiam-se as seguintes palavras, que contêm uma interpretação já devidamente estratificada e simbolicamente construída do modo como o leitor deve interiorizar as recentes festividades:

FACTOS QUE SUBLIMARAM AS HOMENAGENS AOS SOLDADOS DESCONHECIDOS

Além das imponentes representações dos povos aliados e presença de Joffre foram, especialmente três, os factos que sublimaram as homenagens: O comparecimento das Mães de soldados mortos na Grande Guerra, simbolizando a ternura, o amor; - a amnistia, simbolizando a magnanimidade da República; - e a presença do Dr. Afonso Costa, simbolizando a esperança dum futuro melhor. [...] // Na apoteose da nossa intervenção (pois outra coisa não foi a glorificação dos Soldados Desconhecidos) vimos reunidos no mesmo local, a Batalha, onde foi iniciada a propaganda da intervenção, os seus principais apóstolos: Dr. Bernardino Machado, Dr. António José de Almeida e Dr. Afonso Costa. Assim devia ser, porque aquela glorificação reflectia-se nos defensores da intervenção. [...] (*Povo de Leiria*, 14-IV-1921: 2)

O *Povo de Leiria* acentuava a perspectiva intervencionista na Grande Guerra, considerando a homenagem aos soldados desconhecidos como corolário e apoteose da participação de Portugal. Obviamente que, em termos argumentativos, esta era a parte menos consistente do discurso, uma vez que as consequências sociais, políticas e económicas da intervenção de Portugal na Guerra não tinham sido positivas, e a discriminação em relação aos outros países participantes era evidente, quando um dos critérios de compensação esteve relacionado com a dimensão do país. Assim, o discurso republicano procura colocar em destaque as homenagens de outros países aos soldados desconhecidos, construindo uma grelha de acreditação dos acontecimentos na perspectiva do exterior, isto é, dos países estrangeiros que decidiram render homenagem a Portugal, associando-se à iniciativa da Batalha. Vejam-se os artigos do *Povo de Leiria*, respectivamente de 18 e de 26 de Maio de 1922, sob o título “Mais coroas para os Soldados Portugueses Desconhecidos”, em que a presença de representantes governamentais da Polónia e da China é realçada como factor positivo para o orgulho nacional:

No dia 16 de Maio corrente, a Polónia, por intermédio do seu representante em Lisboa, mandou depor uma coroa no monumento da Batalha, associando-se assim à homenagem prestada aos Soldados Portugueses Desconhecidos. O sr. Ministro da Polónia era acompanhado por um adido militar francês e por um oficial português, o sr. Artur Gerardo Bastos dos Reis. // De Leiria foram acompanhados pelo sr. Governador Civil, – Secretário Geral, Comandante Militar Júlio José Lage e pelo sr. Dr. Afonso Zúquete, presidente da Comissão nomeada para elaborar o projecto das sepulturas daqueles soldados e do museu em que devem ser guardadas as insígnias comemorativas dos mesmos. // Espera-se em breves dias também a homenagem da China. (*Povo de Leiria*, 18-V-1922: 3)

Foi, no dia 19 do corrente, a China que, por intermédio do seu representante em Lisboa, depôs no Monumento da batalha uma linda coroa em homenagem aos Soldados Portugueses Desconhecidos. // O representante da República Chinesa era acompanhado por um oficial do Estado Maior, pelo Governador Civil e Secretário geral de Leiria. Pronunciou em francês um discurso alusivo ao acto, elogiando a colaboração dos soldados portugueses na grande guerra, – respondendo-lhe o Secretário Geral em termo de justo elogio para a China. (*Povo de Leiria*, 26-V-1922: 2)

Repare-se que praticamente um ano se tinha passado sobre a homenagem inicial, e que o acontecimento continuava a ser evocado e reforçado simbolicamente como apoteose do orgulho nacional, o que mostra a profundidade e a dificuldade de cicatrização da ferida. Mas, ainda nas vésperas da trasladação, o rumor e a diversidade de opiniões sobre o significado do acontecimento e as inevitáveis interpretações sobre a participação de Portugal na Guerra, já indiciavam o grau de vulnerabilidade associado ao assunto.

O n.º 69, do jornal *Distrito de Leiria*, de 10 de Abril de 1921, contém uma série de artigos muito interessantes, pois espelham a elite intelectual republicana do tempo e revelam a sua consonância com a imagem pública que o governo e os representantes institucionais (inclusivamente os dignatários da igreja católica) tinham feito passar do acontecimento. A plêiade de intelectuais que

se pronunciam neste número do semanário é, efectivamente, representativa, e merece ser enumerada exhaustivamente: Jaime Magalhães Lima escreve o artigo “Sursum corda...”; Trindade Coelho (filho) escolhe o anglicanismo “Remember”, não apenas como efeito retórico, mas como sinal de uma confluência linguística que a Grande Guerra tinha feito descobrir; Teófilo Braga, mais clássico, intitula a sua colaboração de “Símbolo Heróico”; Augusto Casimiro fica-se por um anódino “Soldado Desconhecido”; João Soares cola-se a um registo religioso com “Romagem Bendita”; e João de Barros enuncia um expressivo, e também de cariz religioso, “Aleluia! Aos Soldados Desconhecidos”. Leiam-se as palavras de Júlio Dantas, como síntese da postura deste grupo, no artigo “Os heróis desconhecidos”:

Sepultando no Mosteiro da Batalha, ao lado dos túmulos dos reis e dos Infantes de Aviz, os despojos dum soldado humilde da Flandres, Portugal escreve uma das mais belas páginas da epopeia das democracias. Pela primeira vez, no ciclo homérico das batalhas modernas, não é esquecido o povo – o grande vencedor. Ao respeito pelas carcassas aristocráticas, substitui-se o culto pelos heróis anónimos. Na consciência colectiva operou-se uma verdadeira transposição de símbolos e de valores, – criando uma nova concepção da História. (*Distrito de Leiria*, 10-IV-1921: 1)

Na verdade, este era o estereótipo dominante na imprensa, corroborado e explanado em todos os seus diversos cambiantes pelos intelectuais republicanos afectos ao regime. A necessidade de estabelecer uma continuidade histórica entre a dinastia de Avis, interpretada como a primeira representante da vontade popular, e a jovem República, com o culto dos heróis anónimos e a criação de uma consciência colectiva afecta aos símbolos e valores veiculados pela ideologia republicana, tinha sido conseguida à custa de uma difusão orquestrada do acontecimento e respectiva interpretação, sobretudo pela imprensa, mas também com o apoio incondicional da elite cultural da

época. Provavelmente é o artigo de Jaime de Magalhães Lima que melhor sintetiza este enquadramento político-cultural:

Disse um escritor inglês que toda a história de Portugal se pode resumir numa única palavra: heroísmo. Com efeito, desde a constituição da nacionalidade, no XI.º século; desde a tomada de Ceuta em 1415, de Ourique a Aljubarrota e às descobertas marítimas; desde as epopeias dos séculos XV e XVI, as maiores do mundo, até às gloriosas campanhas de África e da Flandres, a nossa história é um reflexo da grande alma lusitana, alma de heroísmo e de imortalidade.

A intervenção na guerra, que afirmou a nossa tradição e a vitalidade da raça, veio demonstrá-lo com a soberana eloquência dos factos. // Povo português! É o teu sangue; é a tua alma; é o espírito de sacrifício que se celebra com a apoteose dos soldados desconhecidos. // Mocidade das escolas! Glorificai nesses bravos os mártires do dever: aclamai nos dois anónimos, nossos irmãos, os símbolos de uma pátria redimida, engrandecida e prestigiada. // Mulheres, homens e crianças, velhos e novos, perpetuai a memória daqueles que derramaram o sangue por nós, sem outro intuito, sem outra compensação, que não fossem bem servir a Liberdade e a Civilização contra a tirania e a barbárie. // Abençoados desconhecidos! A nação inteira os proclama como beneméritos da pátria e benfeitores da humanidade. (*Distrito de Leiria*, 10-IV-1921: 1)

Teófilo Braga é quem mais alarga a interpretação do episódio, encontrando uma justificação histórica de ordem hierárquica superior, no conceito de defesa da civilização ocidental e compromisso de honra com a Inglaterra, antiga aliada de Portugal. O seu discurso, marcado pelo peso da História, mas também por uma análise dos factos políticos recentes (o assassinio de Sidónio Pais e as consequências directas para os contingentes militares), permite perceber que havia uma latitude interpretativa na qual o rescaldo da Guerra, em lugar de uma orgulhosa vitória, poderia ser lida como uma lamentável catástrofe relacionada com a inconstância da política interna portuguesa durante o período considerado:

As Nações Aliadas, França, Inglaterra e Itália atacadas pela barbárie germânica salvaram a civilização do Ocidente de um cataclismo pior ao que já produziram com a ruína da Civilização bronzífera da queda do Império Romano e com a Soberania Universal de Carlos V no século XVI. O triunfo da Alemanha seria quase inevitável pelo número de milhões dos seus soldados; a França, a Inglaterra e a Itália não tinham gente para fazer frente a tanta carnificina. A América Saxónica teve de acudir à velha Europa; e foi esta situação que levou Portugal a apresentar um exército seu em auxílio da sua antiga aliada, a Inglaterra. O sacrifício foi grande mas a nova República Portuguesa compreendeu o seu dever tomando parte nessa luta desesperada que ameaçava o ocidente latino. No momento mais intenso do seu sacrifício o incidente de Sidónio obstou a que não continuasse mais a remessa de mais contingentes militares para França, e as consequências foram imediatas. Dois regimentos já cansados pelo prolongamento do seu serviço, foram atacados e trucidados pelo assalto dos alemães, e só depois é que os aliados compreenderam, isto é, que admiraram a **lealdade** dos portugueses que com firmeza se deixavam matar. Hoje que os aliados celebram a sua vitória, para proclamar a honra e heroísmo do exército português em França tomaram o cadáver de um soldado que se sacrificou pelo seu dever, e a ele, como símbolo impessoal, lhe conferem todas as honras militares para que no seu país fique como símbolo da lealdade e heroísmo do exército português. [...] (*Distrito de Leiria*, 10-IV-1921: 1 e 2)

O discurso de Augusto Casimiro completa este raciocínio, permitindo-se relacionar a situação de crise nacional com as consequências da política internacional e a grave crise deixada em aberto no pós-guerra europeu:

Há-de o tempo esquecer o tumulto, a desorientação, o desvairo que limitou, perturbou a política da nossa intervenção na grande guerra. As sucessivas soluções insinceras dos homens de estado que, para menor beleza e segurança do Mundo estavam, em 1919, à frente dos destinos políticos da Europa, – não-de acumular no coração dos que se bateram as razões de desilusão ou de revolta. Os egoísmos dos estados, atraíndo as mais puras

forças da vitória, tripudiando e desonrando os túmulos sem conta dos Mortos da Grande Guerra, parecerão dar razão aos cépticos, aos que não crêem num Futuro melhor, isolados do Mundo, escravos das velhas fórmulas. Na confusão e na revolta que a Paz de Versailles trouxe a quantos se bateram ao serviço da civilização e do Mundo, – as realidades trágicas ou miseráveis de hoje, as violências egoístas, o renascido imperialismo que ontem se combatia na Alemanha orgulhosa e violenta, – todos os erros cometidos, todas as negações do alto credo que uniu, durante quatro anos, – e levou à vitória – mais que a ciência dos seus políticos, tanto como o génio dos seus generais, – as tropas dos exércitos aliados; – todas as desilusões, as esperanças mortas, inesperadas violências, os germens da guerra continuados, as aspirações nacionalistas crucificadas, a finança dominando, as pátrias esquecidas, a Europa tumultuosa, a Alemanha condenada, os homens separados por ódios, as classes dentro de cada pátria, inimigas e incompatíveis, – tudo o que passa na imediata e aparente realidade, tudo o que espera ainda esta geração de calvários que é a nossa, – há-de parecer dar razão a quantos, nos seus corações escravos ou impotentes, não encontraram a cólera sagrada e o Amor humano, a inteligência compreensiva, o instinto de defesa e o instinto de solidariedade que nos lançavam, desde a primeira hora, no campo dos aliados para com eles correremos um destino igual. [...] (*Distrito de Leiria*, 10-IV-1921: 2)

Poderia um poeta, como Afonso Lopes Vieira, acolhido por mais de uma vez como patriótico e inovador pelos críticos republicanos⁶, fazer balançar uma posição ideológica tão bem orquestrada pelo poder político e pela elite cultural republicana, veiculada com tanta consistência pela imprensa da época? E, sobretudo, poderia fazê-lo com um simples poema?

A apreensão da poesia *Ao Soldado Desconhecido* (morto em França), 1921

Afonso Lopes Vieira (1878-1946) pertencia ao núcleo desta elite cultural, embora as suas simpatias monárquicas o deixassem menos à vontade perante os vários governos republicanos. Exercera as

⁶ Poderia citar vários exemplos, mas sirvo-me da recensão crítica a *O Encoberto* (1905), feita por João de Barros, onde se pode ler: "Abandonando de vez — segundo julgo — as suas preciosidades anachronicas, o Poeta aproximou-se da vida moderna e encontrou para a sua poesia uma fonte de larga e pura inspiração. Registo-o com muita alegria — tanto maior quanto é certo que não ha ainda um anno, eu o accusei de querer viver demasiadamente fóra do seu tempo. [...]// [...] e penso que a nossa geração deve orgulhar-se de possuir no sr. Affonso Lopes-Vieira um grande poeta lyrico, que dá ao seu lyrisimo toda a amplitude que reclamam os ideaes modernos." (Barros, 1905: 312 e 313).

funções de redactor da Câmara dos Deputados, desde 1901, cargo que lhe granjeou amizades ecléticas com os nomes mais importantes da política nacional, de todos os quadrantes e facções. Embora sempre se tivesse queixado amargamente do pouco prazer que o desempenho das funções lhe dava, o que o levou a abandonar o cargo em 1916, entre outros motivos para se dedicar em exclusivo à sua obra literária, a verdade é que as suas relações com Júlio Dantas, Trindade Coelho (pai e filho), João de Barros, Augusto Casimiro, Jaime de Magalhães Lima, ou mesmo Teófilo Braga (para só citar algumas das personalidades que publicam no *Distrito de Leiria*, de 10 de Abril de 1921), iam muito para além da política e se conservavam numa esfera de intimidade em que a amizade suplantava os credos ideológicos.

Efectivamente, há alguma bibliografia sobre o período que se situa entre 1903 e 1910, em que um certo pendor para os ideais anarquistas parece ter tentado Lopes Vieira (Seabra Pereira, 1978, 1979 e 1981; Pereira, 2001; Nobre, 2005, I). Desde a publicação de *Marques (História dum perseguido)*, em 1903, que ficou como produção única do escritor na área da ficção narrativa, até ao livro de poemas *Ar Livre*, de 1906, dedicado a Teófilo Braga, passando por uma controversa tradução de Kropotkine (*À Gente Nova*, de 1904)⁷, um *Conto do Natal* (1905), de claro pendor anarquista, e o enigmático *O Encoberto* (1905), com citações de Teófilo Braga, ou o célebre *O Pão e as Rosas*, de 1908 – tudo nesta fase parece indicar que Lopes Vieira atravessava um processo de crise existencial e ideológica. Aliás, mais tarde, esta fase acabará por ser, de certo modo, renegada pelo próprio escritor para um segundo plano, num processo de reordenação da obra anteriormente produzida em

⁷ Aquilino Ribeiro, passados uns bons anos sobre este início de século, relata as dúvidas que teve sobre este período da obra de ALV. Mas não é menos estimulante, até pelos dados autobiográficos que fornece, a resposta que o escritor lhe terá dado: "[...] Um dia disse-lhe: § — Tenho lá o folheto de Kropotkine que traduziu para vernáculo. Disseram-me que andou a recolher os exemplares pelas livrarias e alfarrabistas. Trago-lho. § — Está em boas mãos. § — É uma gentileza. Mas, franqueza, franquezinha, Afonso amigo, coração leal de Amadis: também passou pela portela anarquista...? § — Como toda a gente que se preza. É a forma protoplásmica da generosidade mental. O nosso coração, na mocidade da vida, precisa duma fórmula ardente e ofereciam-nos aquela. Que admira! Depois, com o tempo, despimos as roupagens absurdas da utopia, e fica apenas a essência, o humano. Desta maneira, continuo a ser anarquista. § — De facto, pela inconformidade, você e de modo geral todas as almas *portées* à generosidade e à simpatia pelo seu próximo, continuam anarquistas. § — Não tenho que me envergonhar. De resto, essa brochura explica-se ainda por uma paixoneta que tive pela sobrinha de Kropotkine que conheci em Paris. Não me arrastou ela até Londres? § — Mas repudiou o tal folheto *À Gente Nova*? § — Deixei de o considerar como digno de atenção, tanto mais que não era eu o autor. [...]" (Ribeiro, [1949]: 303). Curiosamente, há uma outra edição de Pedro Kropotkine, de 1922, intitulada não já *À Gente Nova*, mas *À Mocidade*, em versão de Lopes Vieira, pela ed. Biblioteca de "A Comuna", do Porto. Trata-se de um folheto A8, de 32 pp., e afigura-se provável que o escritor desconhecesse esta edição.

que o livro *Ar Livre* é sintomaticamente esquecido⁸, e em que os outros textos mencionados praticamente deixam de ser referidos ou são excluídos das antologias organizadas pelo escritor (Nobre, 2005, I: 178-220).

Se a colaboração com a revista *Arte & Vida*⁹, de índole republicana, lhe tinha permitido encetar relações de amizade com João de Barros, então director da revista, ao mesmo tempo que lhe abria as portas do grupo de intelectuais republicanos (o que se evidenciou mais tarde nas colaborações com a revista *Atlântida*¹⁰); a amizade com Trindade Coelho vinha dos tempos de Coimbra e das incursões nos jornais a propósito das produções do mestre¹¹; e a amizade com Augusto Casimiro tinha sido cimentada num encontro em Paris, em 1918¹², no final da Guerra; a veneração juvenil por Teófilo Braga nunca se deve ter perdido¹³ e a amizade com Magalhães Lima ou Júlio Dantas terá

⁸ O mesmo Aquilino interroga Lopes Vieira sobre o lugar que *Ar Livre* ocupa na obra dele: "[...] — Mas, em suma, Afonso, onde fica o *Ar Livre*? § — *Ar Livre* até para mim é um problema. Sinto que é o melhor do meu estro. Para poder falar dele à vontade, não havia de ser o prisioneiro que hoje sou de conceptualidades que se apossaram de mim em meu caminho e me manietam. Aqui para nós, esse livro enjeitei-o, mas não o rasgo. Às vezes vou lê-lo às escondidas." (Ribeiro, [1949]: 306)

⁹ Veja-se *Arte & Vida*, respectivamente, n.º 2, Dezembro de 1904, pp. 57-8, com o poema inédito "A uma 'Nossa Senhora' grávida (num museu)"; n.º 9, Julho de 1905, p. 383, com o poema "Elogio da redondilha"; n.ºs. 10 e 11, Jan.-Fev. de 1906, pp. 418-22, com os poemas de *Ar Livre* "Os mortos" e "A vida e obra d'uma borboleta".

¹⁰ Veja-se *Atlântida*, respectivamente, n.º 1, 15 de Novembro de 1915, p. 44, com o poema "Os dois sebastianistas"; n.º 2, 15 de Dezembro de 1915, pp. 103-6, com a prosa elegíaca de homenagem a "D. Maria Augusta Bordalo Pinheiro"; n.º 6, 15 de Abril de 1916, pp. 553-67, com a conferência realizada em Coimbra em 2 de Junho de 1915, "Camões em Coimbra"; n.º 14, 15 de Dezembro de 1916, p. 99, com a pré-publicação do "Prólogo das *Ilhas de Bruma*"; n.º 17, 15 de Março de 1917, pp. 334-9, com o poema "Saudades trágico-marítimas"; n.ºs 29-30, Março e Abril de 1918, pp. 600-7, com a publicação da conferência realizada em 16 de Março, "A propósito da obra poética da Senhora D. Maria Amália". É interessante tomar em consideração a lista de colaboradores nesta revista, que alcançou notoriedade, quer entre a "velha geração", quer entre a "nova geração": Guerra Junqueiro, João de Deus Ramos, M. Teixeira-Gomes, A. Patrício, H. Lopes de Mendonça, Teixeira de Queiroz, Jaime de Magalhães Lima, Bordalo Pinheiro, Joaquim Manso, Leonardo Coimbra, Ricardo Jorge, J. Brandão, J. Dantas, José de Figueiredo, Raul Lino, Afonso Duarte, Jaime Cortesão, Correia de Oliveira, Alberto de Oliveira, Aquilino Ribeiro, Philéas Lebesgue, António Sérgio, Raul Proença, Almada Negreiros, entre muitos outros homens ilustres da primeira metade do século XX.

¹¹ Veja-se *A Lucta*, "Trindade Coelho. A propósito do seu volume de Cartas", de 27-II-1910, p. 1, art. de Lopes Vieira.

¹² Veja-se a carta de Lopes Vieira para Augusto Casimiro, em agradecimento do livro deste *Nas Trincheiras da Flandres*, de 1918: "Querido camarada — recebi com comoção o seu livro, e quero abraçá-lo já e dizer-lhe q. busquei novas suas sempre q. m'as podiam dar. Ainda ontem falei de si com o Affonso Duarte, q. me informou de q. V. estava em férias. Recebi e guardo-o preciosamente aquele seu bilhete das trincheiras, assinado por mais dois camaradas. — Vou ler este livro q. deve ser o unico livro português *vivido* na guerra, com o sabor da tragedia. Recordo o nosso encontro no concerto d'orquestra, e imagino q. V. deverá ter vivido *muitos anos* desde então. Abraço-o e faço os votos melhores pela sua saude, pelo seu nobre entusiasmo — e pela Victoria! / Affonso Lopes Vieira / Lisboa, 16-V-18." (BNLx., esp. D5, postal de 16-V-1918)

¹³ É muito elucidativo desta admiração o soneto inédito publicado em *Leiria Ilustrada*, n.º 327, de 20-III-1912, p. 2, intitulado "Teófilo Braga": "Ninguém melhor do que ele amou sinceramente / a nossa terra bela, a velha Pátria amada. / Terra que o mar embala e o sol doura contente, / por essa voz de espuma e de sonho embala. // Ninguém sentiu melhor a força, a graça e o brilho / da terra nossa, - e soube em sua alma também, / enchê-la do respeito e da afeição de filho, / tendo em seu coração o culto pela mãe! // Pois aprendei com ele a amar como ele amou. / Sorriam-lhe, a cantar, as almas das crianças, / para quem esse mestre é o mais belo avô! // Sua cabeça é branca e sua alma é em flor! / E pelo que nos deu de glórias e de esperanças, / dissei vosso Bem haja ao bom semente!" O poema coincide com a fase de

colocado algumas vezes Lopes Vieira em situações delicadas e embaraçosas. E ainda que não tenha encontrado até ao momento nenhuns registos que me permitam perceber o grau de envolvimento de Lopes Vieira com o episódio falhado da Junta Governativa do Reino, no Porto, durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 1919, liderado pelo seu amigo, e figura muito admirada, Henrique Paiva Couceiro, julgo que o esfriamento de relações com os intelectuais republicanos fica bem documentado numa carta dirigida a João de Barros, em 31 de Março de 1919, pertencente ao espólio da BNLx., que transcrevo:

João de Barros

V. aproveitou a ocasião em q. me julgou *por baixo* — dado o seu ponto de vista — para me saltar em cima aos pés juntos, englobando-me entre as "cabeças fracas". Na realidade não me considero *por baixo*, porq. as mh^{as}. condições são bastante diversas das suas, por exemplo, na época do *Anteu* e em Dezembro de 1917. Mas o seu artigo é um facto e, embora eu não julgue q. V. se me referiu p^a. me apontar as medidas de *saneamento* da Republica, nem por baixeza de character, ele representa uma leviandade cuja gravidade compromete as nossas relações.

Lembrando acima aquelas datas tão importantes na sua vida, tive um fim: — recordar-lhe como a minha amizade e a minha lealdade foram, então, mais carinhosas e vigilantes. E é com esta recordação q. lhe digo adeus. / [...]. (BNLx., N11 / 3030)

Desconhecendo o facto concreto que despoletou estas amargas palavras de Lopes Vieira – em reafirmação da sua amizade fiel, já demonstrada em situações anteriores de crise pessoal de João de Barros –, na sua indiscrição, elas revelam-nos que a República começava a preocupar-se com o *saneamento* das vozes dissonantes. O escritor nunca tinha encarreirado facilmente por nenhum caminho que se lhe revelasse acrítico, muito menos se revelara sensível aos elogios do poder político, do qual se procurou sempre afastar.

Assim, a sua renúncia ao Grande-Oficialato de S. Tiago, sendo ministro da Instrução Pública João de Deus Ramos deve, em minha opinião, relacionar-se com este clima de contestação ou, pelo menos, de não-alinhamento de Lopes Vieira face à política governativa republicana, que iniciara por então verdadeiras perseguições à facção monárquica. A questão foi noticiada nos jornais¹⁴, e deve ter levantado alguma celeuma, ou, pelo menos, mal-estar entre a classe política, levando Lopes Vieira a publicar no *Diário de Notícias*, de 16 de Fevereiro de 1920, a seguinte carta esclarecedora, conferindo importância pública a uma decisão que advogava ser exclusivamente do foro íntimo:

O sr. Dr. Afonso Lopes Vieira dirigiu ao sr. ministro da instrução a carta que a seguir publicamos.

“Ex.m^o sr. Ministro da instrução, dr. João de Deus Ramos. – Pelos jornais de hoje soube eu que o governo se dignará fazer-me a honra de me condecorar com o grande oficialato da ordem de S. Tiago. Venho apresentar a V. Ex.^a os melhores agradecimentos pela alta mercê, e ao mesmo tempo a renúncia que nas mãos de v. ex.^a dela faço, certo como devo estar de que essa iniciativa v. ex.^a a tomou.

Pela qualidade intelectual de v. ex.^a que é um grande gentleman de espírito, sendo filho de um poeta sublime, e ainda pela categoria das pessoas eminentes que comigo foram agraciadas, v. ex.^a honrou-me sobremaneira. Somente, o meu ponto de vista particular, agora fortalecido mais do que nunca, inibe-me de aceitar qualquer galardão oficial. Na catástrofe da vida contemporânea, em que aos males do mundo se juntam para nós os males quanto tremendos da Pátria, eu ardentemente desejo, acima de tudo, salvar a minha alma individual.

E para continuar a trabalhar com este fim espiritualmente ambicionado, sinto que à minha humilde personalidade nenhum outro estímulo é necessário senão o que a minha consciência me inspirar, nem outro prémio é devido além da satisfação que ela me der.

Sendo esta a feição do meu temperamento, que nenhuma razão me deve fazer sacrificar,

¹⁴ Veja-se a notícia “S. Tiago da Espada. Homens de letras e artistas condecorados” in *Diário de Notícias*, de 14-II-1920: “Por prestimosos serviços à causa da arte e da literatura nacionais, foram agraciados com os graus da Ordem de S. Tiago da Espada, que lhes vão indicados; Grão-Cruz, Columbano Bordalo Pinheiro; grandes oficiais, Júlio Dantas, Paulo Barreto (João do Rio), Augusto Gil, Afonso Lopes Vieira, Alfredo Freire de Andrade, dr. José de Figueiredo e António Augusto Gonçalves; comendadores, Philéas Lebesgue, Luciano Freire, Augusto Casimiro e Joaquim de Vasconcelos.” Por aqui se compreende que esta distinção incluiria Lopes Vieira entre os grandes do seu tempo, mas também entre aqueles cujo apoio o sistema queria garantir do seu lado. Na verdade, Lopes Vieira foi o único desta lista a renunciar ao grão-oficialato, orgulhando-se do facto pelo resto da sua vida.

afirmo a v. ex.^a os meus sentimentos de consideração perfeita e de amizade antiga, pedindo licença para depor em suas mãos a honra da referida mercê.” / Lisboa, 14 de Fevereiro de 1920. / Afonso Lopes Vieira (*Diário de Notícias*, 16-II-1920)

Numa conjuntura deste tipo, torna-se inteligível o insólito episódio da defesa de Hipólito Raposo em Tribunal Militar, em Julho de 1920¹⁵, a primeira e única vez em que Lopes Vieira exerce o papel de advogado, defendendo o amigo monárquico daquilo que argumenta ser uma conjura e revelar o abuso de poder da República no seu afã para eliminar toda e qualquer oposição. Por esta altura, o escritor começa a architectar um texto literário de resposta e de intervenção, intitulado *Contra os Mouros*, que nunca chega a publicar, pelo menos com esse título¹⁶.

Nestas condições, afigura-se legítimo que o grupo dos Integralistas Lusitanos tenha querido servir-se da figura de Lopes Vieira como a de um padroeiro, elevando-o à categoria de *neo-Garrett* de Portugal. Título que, se muito honrava Lopes Vieira pelo tributo prestado à geração dos mestres e pelo papel que lhe atribuía na prossecução de tão idóneos objectivos no futuro¹⁷, terá sido o

¹⁵ Veja-se a notícia: “No Tribunal de Santa Clara. O caso dos manifestos rialistas. O poeta dr. Afonso Lopes Vieira faz a sua estreia como advogado. O sr. Dr. Hipólito Raposo condenado em três meses de prisão correccional” in *Diário de Notícias* de 21-VII-1920. Aí se pode ver que a defesa de Lopes Vieira se baseou na honorabilidade da confissão de Hipólito Raposo, como autor de um “Manifesto” que defendia ser a Monarquia um movimento patriótico e não um incentivo à rebelião. As palavras do advogado Lopes Vieira transcritas mostram como para ele o *ideal cavaleiresco* continuava a ser mais importante do que qualquer actuação política: “Por feliz se veria o regime se apenas contra ele se lançassem papéis, que são protestos patrióticos. Mas todos sabemos que contra ele teem sido arremessadas coisas muito mais pesadas e infinitamente mais ruidosas. Trata-se de um caso de cavalaria andante. O autor deste caso é do patriotismo mais puro.” [sic].

¹⁶ Em carta de 15-VIII-1920 para a amiga Leonor de Castro Guedes Rosa, confidente a quem revelava grande parte dos seus projectos literários quando ainda estavam em embrião, Lopes Vieira escreve: “[...] De Arte, nada conto publicar brevemente. Talvez publique um panfleto q. se chamará talvez *Contra os Mouros* e será um derradeiro apelo à cavalaria cristã para o combate. [...]” (BML, esp. Leonor Rosa, A118, n.º 33585). Este projecto pode muito bem ter-se transformado em *Aforismos do Cativo de Argel*, publicado num periódico não identificado (cf. Nobre, 2005, II: 478-479). Veja-se ainda o poema inédito *Cantigas sobre a Mourama*, não datado (BML, n.º 32595), que transcrevi no II vol. da minha tese de doutoramento, na p. 223. Em 17-III-1923, a revista *Conimbriga*, no seu 1.º número, p. 13, incluía o poema “Argel”, de Lopes Vieira, cuja relação com o período em apreço é evidente: “Por Cristo ergamos nas mãos / a cruz eterna da espada. / -Terra que foi de cristãos / mouros no-la tem roubada... // O destino mais cruel / mais vergonhoso, afinal: / — o cativo de Argel / em terra de Portugal!...”

¹⁷ Na revista *Gil Vicente*, ano IV, n.º 126, de 4-II-1923, na rubrica “Vária”, Lopes Vieira publica um texto laudatório intitulado “Integralismo”, em que defende os ideais integralistas pela sua coragem e afirmação perante uma sociedade em crise, esclarecendo a sua posição: “[...] A eles me prendem afinidades de espírito porque em muitos pontos da batalha nos viemos a encontrar como irmãos de armas. Mas, não tendo a honra de lhe pertencer oficialmente, — habituado como estou a manter uma independência que me é indispensável, — posso dizer que este tem sido o mais consciente dos núcleos de pensamento contemporâneo. Reagindo com mística bravura, por mercê de uma crença estabelecida em bases orgânicas, contra a mentira caduca e já arruinada da actual sociedade política e económica, os integralistas são os portugueses que **sabem o que querem**. // E o seu esforço, mesmo quando outros resultados não

culminar de uma série de equívocos e interpretações dúbios sobre a postura política do escritor, de pé até aos dias de hoje.

Segundo a leitura que proponho, tais equívocos saldaram-se, na época, em Março de 1921, com a detenção de Lopes Vieira no Governo Civil de Lisboa, para interrogatório sobre a poesia que acabara de publicar e tinha sido apreendida pela polícia, por se considerar que lesava os interesses da pátria. O poema em questão intitula-se *Ao Soldado Desconhecido (Morto em França)*, tinha sido publicada em folheto de 4 pp., pela Imprensa Libânio da Silva, em Lisboa, em Março de 1921, e as receitas da venda destinavam-se a "um órfão da Guerra". Provavelmente a interpretação a dar a alguns dos versos, ou, pelo menos, a possibilidade de serem lidos através de uma perspectiva de ambiguidade e ironia, transformou a poesia num acto de intervenção contra o governo:

[...] Sem discursos, sem frases,
 ah! mas com quanto pranto
 interior,
 porque a Piedade que nos fazes
 nos alanceia de Amor,
 vem, oh Soldado Português da Guerra,
 dormir enfim na tua terra,
 e que a tua presença
 espectral,
 a tua imensa
 presença acusadora e aterradora
 para quem te exportou como um animal,
 se estenda sobre o céu de Portugal!
 E que essa voz te embale
 numa carícia enorme:
 - Dorme, meu menino, dorme...

desse, sempre daria este: ficar como um documento de honra e de coragem." A importância atribuída a este texto devia ser grande, uma vez que já em 1922, no livro de ensaios *Em demanda do Graal*, o escritor tinha incluído estas mesmas palavras, numa parte intitulada "Páginas soltas e folhas de Diário", a p. 298.

[...]
 [...] – Mas um dia serás de súbito acordado,
 e a tua sombra, erguida e batalhando,
 há-de então comandar!... Tu, humilde Soldado
 que tens por nome – *Portugal sacrificado*.
 Entanto, vai repousando,
 sofreste tanto na Guerra!
 Dorme enfim na tua terra,
 e que a voz maternal
 te embale
 numa carícia enorme:
 - Dorme, meu menino, dorme...

Para a imprensa da época, envolvida no fervor festivo das comemorações do Soldado Desconhecido, que decorreriam em Abril, o episódio não pode ter passado despercebido, ainda para mais sendo Lopes Vieira uma figura pública com grande notoriedade. No entanto, ele parece ter sido abafado ou evitado, sendo relegado da página principal dos jornais e tratado como notícia secundária. O jornal *A Época*, de 19 de Março de 1921, foi um dos poucos a dar destaque à notícia¹⁸:

A imprensa nunca foi coisa muito querida dos poderes públicos em Portugal, mas manda a verdade dizer que tem épocas a má vontade das instâncias superiores contra a gente que escreve.

E igualmente deve assinalar-se que após a proclamação da república recrudescer duma forma muito sensível a perseguição à letra de forma. Regímen novo, abeberado de liberdade... deve bater certo.

De perseguição aos jornais já não falamos. É uma coisa banal, sobretudo quando sobem ao Terreiro do Paço certas criaturas.

¹⁸ Veja-se a notícia: “Afonso Lopes Vieira. A polícia de Segurança do Estado apreendeu uma “plaquette” do ilustre poeta e conserva o autor detido durante algumas horas. O que nos diz Lopes Vieira sobre a sua poesia e a sua detenção” in *A Época*, de 19-III-1921.

Agora, porém, a polícia de segurança do estado alargou um pouco as suas operações e apreendeu uma poesia que o distinto poeta sr. Afonso Lopes Vieira publicou, intitulada, *Ao Soldado desconhecido*.

Parece que a polícia lobrigou uma rima em que se fazia alusão à política da guerra e não esteve com meias medidas: apreendeu a edição e apreendeu também, por algumas horas, o autor, levando-o ao governo civil, onde foi largamente interrogado.

Não protestamos. Está certo. É sabido que a lei da imprensa serve só para as autoridades a transgredirem de vez em quando.

Quisemos obter do autor do *Bartolomeu marinheiro* algumas palavras sobre este caso... pitoresco, mas o poeta começou por se esquivar.

Não lhe agrada que se faça rumor em volta de si.

Tem um enorme pavor do *tamtam*. (*A Época*, 19-III-1921)

Na verdade, o discurso veiculado coloca a imprensa do lado do poeta censurado, numa óbvia ligação do discurso jornalístico com o discurso poético, ambos sujeitos a afrontas de uma lei da imprensa que se pretendia democrática, mas na prática demonstrava o oposto. É claro que o jornal *A Época* simpatizava com a causa monárquica, o que o colocava do lado da oposição ao regime, mas revela que a censura à imprensa estava longe de ser uma surpresa, e que o caso particular do poeta Lopes Vieira lhes podia servir para chamar a atenção da opinião pública para um estado de crise nacional.

O escritor, que inicialmente nem sequer quer manifestar a sua opinião pessoal, acaba por aceder com um comunicado onde evidencia a sua consciência cívica e intelectual em acção. Ainda que prejudicado por um acto de repressão das suas liberdades criativas, recusa-se a deixá-lo confundir-se com um acto político, ou um acontecimento público a partir do qual alguns grupos partidários pudessem tirar dividendos políticos. Veja-se a lucidez da sua resposta:

Sobre o caso da apreensão da minha poesia *Ao Soldado desconhecido* direi apenas algumas palavras porque elas me são pedidas, e mantenho o propósito de não permitir que, sob minha responsabilidade, se faça com este assunto qualquer reclamo. Detido durante umas horas e interrogado no Governo Civil, onde urbanamente me trataram, aí respondi às perguntas que me foram feitas e constam do auto que assinei.

Neste incidente, em que já um jornal chegou a atribuir-me qualquer intenção menos patriótica, insinuação contra que nem vale a pena protestar porque o meu nome e a minha obra, insignificantes como são, são também o mais eloquente desmentido a quem pretender agredir-me por esse modo, – neste incidente, uma coisa verifico com infinito prazer moral, e é a limpidez e a calma da minha consciência. Escrevendo esses versos, que me honro de ter escrito, prestei ao Herói a melhor e a mais bela homenagem que o meu espírito foi capaz de conceber. Estes versos estão muito acima de todas as preocupações partidárias ou sectárias, – as quais me não interessam – porque eles são a glorificação do Povo que se sacrificou com tanto e tão belo heroísmo, a saudação fúnebre e heróica do recém-vindo à sua terra.

E eu que tenho a absoluta convicção de [que] nunca escrevi uma página mais patriótica do que esta poesia, e de que a sua intenção pelo menos, é digna do herói. (*ibidem*)

Mas uma certa classe política não parece ter ficado satisfeita com esta afirmação de serenidade do escritor, e há um oficial do exército que decide transformar a pendência num acto de injúria individual. No *Diário de Notícias*, de 22 de Março de 1921, pode ler-se uma notícia curiosa sobre o acontecimento, causador de uma pendência entre Lopes Vieira e o sr. António de Lorena Santos, oficial do exército, que reputava injurioso para o Exército português e, portanto, para si como elemento dessa instituição, o verso do poema "Para quem te exportou como um animal". A resposta dos representantes de Lopes Vieira restituía à expressão em causa a sua verdadeira dimensão literária — "[...] declaravam, no entanto, que na frase mencionada não existe a mínima intenção de ofensa para o Exército Português, mas apenas uma expressão de valor literário cujo espírito de crítica política o seu constituinte inteiramente mantém." — insistindo na manutenção do espírito

crítico como uma característica específica e essencial à poesia. Com a acta do desagravo, procuravam dar por finda a questão.

No entanto, segundo noticiaram os jornais *A Pátria*¹⁹ e *O Século*²⁰ a apreensão da poesia foi feita de forma rigorosa, de tal modo que dela não restassem exemplares, chegando mesmo a fazer a recolha dos exemplares que o pai de Lopes Vieira guardava na sua casa das Cortes. Esperavam, assim, não deixar traços do acontecimento para o futuro, nem manchar as comemorações do dia festivo que se avizinhava em 10 de Abril. Mas Lopes Vieira tinha muitas relações de amizade e, se ninguém se atreve a publicar na imprensa (ou se a imprensa não aceita publicar nada sobre o assunto...), algumas reacções encontram-se entre a sua correspondência particular, onde se pode ler um telegrama de António Correia de Oliveira, cartas de Augusto Gil²¹, Teixeira de Pascoaes, Agostinho de Campos²², Antero de Figueiredo, Augusto Gonçalves e Jaime de Magalhães Lima. Da carta de Pascoaes, datada de 2 de Abril de 1921, destacam-se as palavras seguintes:

[...] Felicito-o, com o maior entusiasmo, pela sua bela poesia! Glorifica o martire e castiga os carrascos. É bem natural que eles *se doecem*... A alma, quando fêre, é terrível! §
[...] Pobre *menino*! e pobres de nós todos os que amamos desinteressadamente a nossa Patria! Ele vae repousar na paz do tumulto e nós temos de arrastar ainda n'esta vida, com todos os crimes e infamias d'essa quadrilha de marroquinos que assaltou a velha Lusitania! Malfeitores da peor especie disfarçados em ministros, senadores, deputados, filosofos, poetas, etc., etc.! [...] (BML, *Cartas [...]*, vol. VI)

¹⁹ A notícia é de 17-III-1921, e informa: “Foi apreendida toda a edição de uma poesia *Ao Soldado desconhecido*, escrita pelo sr. Lopes Vieira e posta hoje à venda. O motivo dessa apreensão foi uma despropositada referência nela feita à nossa participação na guerra.”

²⁰ Veja-se a notícia “Poesia Apreendida” in *O Século*, de 23-III-1921 [R, I: f. 128v.]: “LEIRIA, 22. – C. – Em cumprimento de ordens que recebeu, dirigiu-se ontem a autoridade administrativa ao lugar das Cortes, deste concelho, onde, na sua propriedade, está actualmente residindo o sr. Dr. Lopes Vieira, pai do poeta sr. Dr. Afonso Lopes Vieira, sendo-lhe ali entregues, por aquele senhor, alguns exemplares da poesia ultimamente publicada por seu filho e que foi mandada apreender pelo governo, conforme o “Século” noticiou. Os exemplares vão seguir para Lisboa.”

²¹ A carta de Augusto Gil está datada de 19 de Março de 1921 e diz: “Querido Amigo, meu ilustre camarada: / O que lhe fizeram não chegou a ser uma violência, foi apenas uma imbecilidade... Abraço-o estreitamente. // Augusto Gil” (BML, *Cartas [...]*, vol. VI).

²² Agostinho de Campos deve ter conseguido receber o poema *Ao Soldado Desconhecido [...]*, apesar da vigilância, e agradece a Lopes Vieira: “[...] Recebi-o nas mãos, recebi-o na razão, recebi-o no coração, e três vezes lho agradeço, e o felicito por ele: pela sua arte, pela sua inspiração e pela sua coragem – pela Beleza, pelo Sentimento e pela Moral [...]” (BML, *Cartas [...]*, vol. VI).

Lopes Vieira não ficara sossegado com o rumo das coisas, sobretudo porque se sentia atingido na sua integridade de intelectual digno, e escreve uma carta para o *Diário de Lisboa*, intitulada "Portugal na Guerra" (publicada na 5.ªf, 28 de Abril de 1921), na sequência de uma entrevista intitulada "Os Mutilados da Guerra ao Abandono?" (de 3.ªf, 26 de Abril de 1921), onde tenta encontrar uma explicação para a "lenda urdida" à volta da sua poesia apreendida, e reafirma-se o poeta do *instinto da nação*, pelo que qualquer *anti-intervencionismo* lhe seria penoso. Aí se pode ler:

[...] Sei que à roda da minha poesia apreendida se urdiu uma lenda que me apresenta como um feroz anti-intervencionista. É tão inexacto isso que poucos portugueses poderão documentar como eu o entusiasmo de que se possuíram quando Portugal entrou na guerra. [...] Porque, meu Deus! uma cousa é a intervenção, outra é o modo como ela se fez e o que se lhe seguiu. Para desenvolver convenientemente esta frase, seria necessário escrever um volume. Para mim, que falo e sinto pelo *instinto da nação*, seria isso impossível [...] / [...] Se em Portugal é punível com prisão clamar que isto [o abandono dos mutilados da guerra] é um crime — então que eu seja de novo preso e desta vez metido no mais imundo dos calabouços, de companhia com os desgraçados que aí habitualmente se encontram e com os quais espero entender-me melhor do que com tantos outros homens que representam oficialmente esta espantosa agonia da nação. [...] (*Diário de Lisboa*, 28-IV-1921)

Na sequência deste episódio, o desalento de Lopes Vieira perante a vida política do país e a classe dirigente intensifica-se e não o abandonará mais até ao fim da vida. Como comentará Aquilino Ribeiro, a propósito deste mesmo episódio, declarando-se incapaz de o compreender na totalidade e nas repercussões que terá tido para o escritor:

Numa democracia, entra para a esfera do arbítrio tudo o que seja coibir ou coarctar a faculdade de assentir ou dissentir do quer que seja, desde o mais fútil ao mais sagrado.

— Foram moiros que me levaram ao Governo Civil e me confiscaram o meu poema — declarava Afonso para os amigos e o mesmo disse na dedicatória do exemplar que me ofereceu. Moiro era o espírito alieno, demagógico, espúrio, anti-português ao actuar como causa eficiente deste despautério e de tantos mais da vida nacional. (Ribeiro, [1949]: 322)

Na verdade, Lopes Vieira reage àquilo que chamou o *ataque dos Mouros*²³, refugiando-se na própria Pátria, num exílio que o deixará ainda mais isolado²⁴, e a sentir-se marginalizado por um certo quadro institucional, como consequência das posições assumidas²⁵. Decididamente os *anos da graça* tinham passado, e o escritor prossegue a sua obra com uma vontade férrea de colocar os projectos pessoais muito acima de qualquer compromisso institucional, tendo o seu programa de acção Portugal como único patrono assumido, transformado em valor absoluto de uma causa cultural.

Mas compreende o peso da imprensa e percebe como nas situações mais delicadas ou ambíguas, a exclusão da informação ou a selecção rigorosa de uma só parte do assunto pode fazer perigar a

²³ Além dos documentos já referidos, ainda em Junho de 1925, na revista *Labareda*, 2.ª ser., n.º 6, p. 125, é publicado o texto “Aforismos do Cativo de Argel”, necessariamente ligado a este período *negro* da vida de Lopes Vieira: “Quando apelidei *Moiros* os invasores de Portugal, achei em verdade a expressão histórica. Foi a Mourama a nossa inimiga avoenga. Mourama é a gente inimiga de hoje, que a prolonga. // É agora grande alegria, em Portugal, encontrar *Portugueses*. Fala-se então o mesmo idioma, reza-se ao nosso Deus na comum linguagem. Experimenta-se, em suma, o gosto de ser da mesma terra! // Somos Cristãos e Portugueses: Somos a Nação porque guardamos o seu Espírito. Porém o Estado é moiro: anti-cristão e, portanto, anti-nacional. Eis a tragédia em que se resume o *Cativeiro de Argel*.”

²⁴ Em carta para Antero de Figueiredo, datada de 29-III-1921, comenta do seguinte modo o incidente: “[...] O seu cartão, recebido por mim em pleno ataque dos Mouros, tocou o meu coração. [...] § Em todo este incidente, cuja parte policial foi ainda menos lamentável talvez do q. a belicosa — a qual sofreu duma falta de elegância de q. me não cabe responsabilidade — uma coisa triste, ah!, muito triste ressalta — e é q. a pátria nos está exilando, ocupada como está pelo Berbere triunfante, o q. nos torna, a nós, Cristãos e Portugueses, estrangeiros nela, quasi!...[...]” (BMP, esp. de A. de Figueiredo, M-AF-4, n.º 10)

²⁵ É o que acontece, por exemplo, com a sua defesa de um certo património português em risco de desaparecimento, como foi o caso do Arco de Almedina, o que lhe vale sempre uma sensação desconfortável de excomunhão. Em carta para Antero de Figueiredo, datada de 9-V-1921, comenta: “[...] Tenho muito prazer em lhe responder, na ocasião mesmo em q. a bravia Mourama da Câmara Municipal de Coimbra lança contra mim, a propósito dos meus artigos em defesa do Arco de Almedina, a mais grotesca, inconcebível, tremenda e imbecil das excomunhões! [...]” (BMP, esp. de A. de Figueiredo, M-AF-4, n.º 11)

leitura crítica por parte da opinião pública. Por isso, daí para a frente terá cada vez mais cuidado com as entrevistas concedidas aos jornais, embora nunca deixe de colaborar com a imprensa, pois percebe o alcance do discurso jornalístico para a causa pública, se usado com isenção e de acordo com uma ética deontológica.

Os anos que se seguem a este episódio continuaram a ser anos difíceis, situação que piorará significativamente com o Estado Novo. Em carta datada de 10 de Fevereiro de 1922, para o amigo Antero de Figueiredo, revelará que só a tentação de reerguer a Pátria moribunda pode continuar a ser uma sublimação dos desânimos provocados por esta travessia do deserto: "[...] No horror deste ciclo em q. os invasores estão prestes a dar em terra com uma Pátria q. havemos de enternecidamente reerguer, é bom q. os espíritos do mesmo som se juntem. [...]" (BMP, M-AF-4, n.º 12).

No entanto, Lopes Vieira aprendera alguma coisa com o lamentável episódio e virá o tempo em que tirará proveito próprio desse poder da imprensa, perdendo a ingenuidade quando se tratar da publicação de textos mais ousados²⁶. A censura serviu, tão-só, para reforçar a sua vontade de actuação crítica na causa pública. Nessas alturas, tanto o discurso jornalístico como o discurso poético têm um papel a desempenhar. Daí que o controlo exercido pelos poderes políticos seja sempre uma tentação de hegemonia, à qual a poesia pode, em certas circunstâncias de agudizada crise social e política, responder com mais eficácia do que seria de esperar. O episódio em análise contribuiu para transformar a poesia *Ao Soldado Desconhecido (morto em França)* num exemplo da força de intervenção e do poder que o discurso literário pode ter, em conjunturas determinadas, sobrepondo-se e quebrando o ciclo de uma certa uniformidade e hegemonia do discurso jornalístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ESPÓLIOS MANUSCRITOS:

²⁶ Refiro-me aos anos 30-36, de exílio voluntário em Cortes e São Pedro de Moel, às entrevistas concedidas durante esse período e à publicação por meios clandestinos e distribuição artilosa de *Éclogas de Agora* (1935), através da qual consegue ludibriar a Censura salazarista.

- Cartas e outros escriptos dirigidos a Afonso Lopes Vieira*, XIV vols., espólio da Biblioteca Municipal de Leiria Dr. Afonso Lopes Vieira [BML].
- Correspondência de Afonso Lopes Vieira para Antero de Figueiredo*, espólio da Biblioteca Municipal do Porto [BMP], M-AF-4, n.ºs 10, 11 e 12, cartas de 29 de Março, 9 de Maio de 1921 e 10 de Fevereiro de 1922.
- Correspondência de Afonso Lopes Vieira para Augusto Casimiro*, espólio da Biblioteca Nacional de Lisboa [BNLx.], D5, postal de 16 de Maio de 1918.
- Correspondência de Afonso Lopes Vieira para João de Barros*, espólio da Biblioteca Nacional de Lisboa [BNLx.], N11 / 3030, carta de 31 de Março de 1919.
- Correspondência de Afonso Lopes Vieira para Leonor Rosa*, espólio da Biblioteca Municipal de Leiria Dr. Afonso Lopes Vieira [BML], A118, n.º 33585, carta de 15 de Agosto de 1920.

IMPrensa:

- Diário de Lisboa*: "Os Mutilados da Guerra ao Abandono?", 26-IV-1921.
 _____: "Portugal na Guerra (Carta de Afonso Lopes Vieira)", 28-IV-1921.
- Diário de Notícias*: "S. Tiago da Espada. Homens de letras e artistas condecorados", 14-II-1920.
 _____: "Carta de Afonso Lopes Vieira ao Ministro da Instrução, Dr. João de Deus Ramos"
 _____: "No Tribunal de Santa Clara. O caso dos manifestos rialistas. O poeta dr. Afonso Lopes Vieira faz a sua estreia como advogado. O sr. Dr. Hipólito Raposo condenado em três meses de prisão correccional", 21-VII-1920.
 _____: "Pendência", 22-III-1921.
- Distrito de Leiria*, Dir. e propriedade: Comissão Distrital do Partido Republicano Português, Administrador: Júlio Cândido de Oliveira; Editor: M. Barata, semanário. [ADLeiria, VIII / 56 / D: n.ºs 1 a 69, 1919 a 1921]
- Época (A)*: "Afonso Lopes Vieira. A policia de Segurança do Estado apreendeu uma 'plaquette' do ilustre poeta e conserva o autor detido durante algumas horas. O que nos diz Lopes Vieira sobre a sua poesia e a sua detenção.", 19-III-1921.
- Flor do Lis*, Director: Deolindo Evangelista, Administrador: Artur Cabral Sanches; Editor: José Escudeiro Leal, Ano I – n.º 1, Leiria, 1 de Maio de 1921, Quinzenário instrutivo, literário e recreativo. [ADLeiria, VIII / 56 / A: n.ºs 1 a 17, 1921]
- Mensageiro (O)*, Órgão dos Católicos do Districto de Leiria, Director, Proprietário e Editor: Pe. José Ferreira de Lacerda, semanário. [ADLeiria, VIII / 58 / A: n.ºs 210 a 403, 1918 a 1922]
- Pátria (A)*: "Poesia apreendida", 17-III-1921.
- Povo de Leiria*, Proprietário: Partido Republicano Português (Districto de Leiria), Director e Editor: João Correia Mateus, Ano I – n.º 1, quinta-feira, 2 de Dezembro de 1920, semanário. [ADLeiria, VIII / 57 / B: n.ºs 1 a 67, 1920 a 1922 e n.ºs 67 a 105, 1922 a 1923]
- Século (O)*: "Poesia apreendida", 23-III-1921.

ARTIGOS e MONOGRAFIAS:

- BARROS, João de (1905) "Livros. Afonso Lopes Vieira — *O Encoberto* — Tavares Cardoso, Ed. — 1905. Lisboa. " in *Arte & Vida*, 1905, p. 312 e 313. [R, I: f. 19r.]
- NOBRE, Cristina (2005) *Afonso Lopes Vieira. A Reescrita de Portugal*, vol. I e *Inéditos*, vol. II, col. temas portugueses, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2005.
- PEREIRA, José Carlos Seabra (1978) "Um quase esquecido Lopes Vieira" in *Colóquio / Letras*, n.º 48, Março de 1979, pp. 56-60.
 _____ (1979) "O Conto do Natal de um Lopes Vieira quase esquecido" in *Do Fim-de-século ao tempo de Orfeu*, Liv. Almedina, Coimbra, pp. 73-86.
 _____ (1981) "Recensão crítica de João Medina, *Afonso Lopes Vieira Anarquista*, ed. A. Ramos, Lx., 1980" *Colóquio / Letras*, n.º 62, Julho de 1981, pp. 94-6.
- PEREIRA, Paulo Alexandre (2001) "Aspectos da modernidade em *Marques (Historia d'un perseguido)* de Afonso Lopes Vieira" in *I Ciclo de Conferências sobre a Narrativa Breve*, Un. de Aveiro, pp. 45-54.
- RAMOS, Rui (1988) *História de Portugal. VI vol. A Segunda Fundação (1890-1926)*, dir. de José Mattoso, Lisboa, ed. Caminho.
- RIBEIRO, Aquilino [1949] "Afonso Lopes Vieira e a Evolução do seu Pensamento" in *Camões, Camilo, Eça e alguns mais. Ensaios de crítica histórico-literária*, Livr. Bertrand, Lx., 3.ª ed., sd., pp. 271-335.